A centralidade da vida no contemporâneo e suas implicações para a Terapia Ocupacional

ARTIGO ORIGINAL

The centrality of life in the contemporary world and its implications for Occupational Therapy

Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima[1]

doi: 10.11606/issn.2238-6149.v35i1-3e231329

Lima EMFA. A centralidade da vida no contemporâneo e suas implicações para a Terapia Ocupacional Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2025 jan.-dez.;35(1-3):e-231329.

RESUMO: Vivemos em um mundo marcado por crises políticas, sanitárias climáticas, guerras e genocídios, no qual, paradoxalmente, a vida e sua preservação estão no cerne das preocupações propaladas por governos, pelas mídias e pelos movimentos sociais. A vida ganhou esta centralidade quando se estabeleceu, na sociedade ocidental moderna, uma nova relação entre o poder e a vida. Este texto apresenta um estudo teórico que acompanhou o pensamento de Hannah Arendt, Michel Foucault e outros filósofos que com eles dialogaram, visando construir uma compreensão do progressivo desenvolvimento do poder que incide sobre a vida, separando o que nela é indissociável: o fato da vida das formas de vida. O intuito foi problematizar as implicações desse processo para a Terapia Ocupacional, para o campo da saúde e para as pessoas atendidas. Este caminho nos levou, também, a explorar as contribuições da Terapia Ocupacional, como prática clínico-política – cuja paisagem é a vida ativa e o mundo comum – para as resistências ao poder que se exerce sobre a vida, na ativação das potências da própria vida de produzir, incessantemente, novas formas de ser, fazer, agir e pensar.

PALAVRAS-CHAVE: Biopoder. Vida. Resistência. Terapia Ocupacional.

Lima EMFA. *The centrality of life in the contemporary world and its implications for Occupational Therapy.* Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2025 jan.-dez.;35(1-3):e-231329.

ABSTRACT: We live in a world characterized by political crises, climate change, wars and genocides, in which, paradoxically, life and its preservation are at the heart of concerns raised by governments, the media and social movements. Life gained this centrality when a new relationship between power and life was established in modern Western society. This paper presents a theoretical study that followed the thinking of Hannah Arendt, Michel Foucault and other philosophers who dialogued with them, in order to build an understanding of the progressive development of power that affects life, separating what is inseparable in it: the fact of life from the forms of life. The aim was to problematize the implications of this process for Occupational Therapy, for the health field and for the people it cares for. This path also led us to explore the contributions of Occupational Therapy, as a clinical-political practice - whose landscape is active life and the common world - to resisting the power that is exercised over life, in activating the potencies of life itself to ceaselessly produce new ways of being, doing, acting and thinking.

KEYWORDS: Biopower. Life. Resistance. Occupational Therapy.

1 Departamento de Fonoaudiologia, Fisoterapía e Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. Orcid: http://orcid.org/0000-0003-0590-620X. E-mail: beth.lima@usp.br

Endereço para correspondência: Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima. Rua Cipotânea, 51, Cidade Universitária, São Paulo - SP, Brasil, CEP05360-160. Email: beth.lima@usp.br

Este texto foi produzido a partir da Tese de Livre-Docência "Vida ativa, mundo comum, políticas e resistência: pensar a terapia ocupacional com Hannah Arendt", apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

INTRODUÇÃO

Vivemos tempos sombrios, conturbados e desconcertantes. Ao lado de crises políticas, sanitárias e climáticas, as guerras e os genocídios se multiplicam. Parece paradoxal que tudo isso aconteça justamente em um mundo no qual a vida e sua preservação estão no cerne das preocupações propaladas por governos, pelas mídias e pelos movimentos sociais. Peter Pelbart[1] diz que hoje todos invocam a defesa da vida, desde aqueles que se ocupam da manipulação genética até os que empreendem guerras planetárias. Para Foucault (1982), a vida ganhou esta

centralidade quando entrou no campo das técnicas políticas. Segundo o filósofo francês, para a sociedade capitalista o que importa é, antes de tudo, o biológico[2].

Neste artigo buscaremos trilhar um caminho que nos ajude a compreender como se deu esse processo, na sociedade ocidental, de redução da vida ao fato biológico, nos perguntando, durante todo o caminho, o que isso tem a ver com a Terapia Ocupacional. O texto foi construído a partir do estudo de Hannah Arendt e Michel Foucault, autores que inicialmente problematizaram essa questão, e, partindo de suas reflexões seminais, trouxemos autores que com eles dialogam para pensar os desafios contemporâneos. O modo de examinar e aprofundar esse conjunto de ideias envolveu estudo dos textos, análise crítica, construção de argumentos e discussão em diálogo com autores do campo da Terapia Ocupacional.

A CENTRALIDADE DA VIDA NA POLÍTICA DOS TEMPOS QUE CORREM

Os processos de colonização e o desenvolvimento dos meios de produção, das técnicas industriais e das transformações no mundo do trabalho, fizeram surgir no mundo moderno ocidental novas tecnologias de governo pautadas em um poder que se exerce sobre o corpo dos indivíduos e sobre a vida das populações, como objeto de práticas disciplinares e de regulação normalizadora.

Segundo Foucault[3], a atenção conferida à vida implica uma transformação nos mecanismos pelos quais o poder é exercido. Sua concretização se faz através do biopoder que se desenvolveu sob duas formas predominantes: a disciplina e a regulação. A primeira a emergir no mundo ocidental, nos séculos XVII e XVIII, foi a disciplina, uma anátomo-política que, por meio de exercícios e treinamentos, individualiza os corpos, amplia suas aptidões, extorque sua força, tornando-os, ao mesmo tempo, dóceis, úteis e integrados a sistemas econômicos e produtivos. A insuficiência dessa anátomo-política em controlar o corpo social fez surgir a biopolítica, uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, mas se implanta nela. Incidindo sobre os seres humanos como espécie, o poder passa a se ocupar da gestão da vida das populações e a intervir em processos como o nascimento, a mortalidade, a longevidade, e todas as condições que podem fazer esses processos variarem. "As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida" (p. 131)[4].

Para o filósofo, o biopoder foi um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, cujo funcionamento é garantido pela inserção controlada dos corpos nos mecanismos da produção e pelo ajustamento da população aos processos econômicos. Este ajustamento dos seres humanos ao capital e o controle do crescimento dos grupos humanos para a expansão das forças produtivas operam em consonância com fatores de segregação, dominação e hierarquização social.

Estudos atuais sobre a obra de Hannah Arendt[5,6,7] têm situado a filósofa entre os autores que diagnosticaram a entrada da vida como categoria central da política contemporânea. Em suas reflexões sobre os campos de concentração, Arendt desvendou práticas e dispositivos que operam a redução das vidas e dos sujeitos à "abstrata nudez de ser unicamente humano" (p. 408)[8]. A partir daí, suas análises seguiram o caminho de uma crítica da modernidade. A investigação da vida ativa – como o âmbito no qual os seres humanos se relacionam com a vida, o mundo e os outros – levou à compreensão de que a redução de todas as atividades humanas ao modo do trabalho, como forma de manter e preservar a vida orgânica do indivíduo e da espécie, suplantou as condições mundanas e plurais da existência, criadas respectivamente pelas obras e pelas ações, esvaziando o espaço político e destruindo o mundo comum.[(i)]

Em *A condição humana*, Arendt diz que quando o principal interesse do processo econômico passa a ser o crescimento e a acumulação, o processo produtivo entra em ressonância com o processo vital da espécie, visto como "móvel gigantesco do processo de acumulação" (p. 128)[9]. Para a autora, um processo de separação entre vida e mundo teria sido o ponto de partida para todo o desenvolvimento moderno, no qual a dissociação entre *zoé* (o fato da vida) e *bios* (a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou grupo) isolou e fez aparecer a vida puramente biológica, pondo-a no centro das preocupações políticas e submetendo-a aos cálculos do poder. A invasão do espaço público pela vida privada, a predominância do trabalho na forma do labor, a emergência do racismo como política de Estado e a criação dos campos de extermínio, tudo isso se conjuga na constatação de que a vida biológica é o que mais importa no mundo contemporâneo. Nesse processo opera-se a desintegração da política, com a transformação do governo em administração e burocracia e a substituição

[(i)] Nas traduções dos textos de Arendt para o português encontramos duas escolhas para os termos *labour* e *work*: labor e trabalho[9]; ou trabalho e obra[10]. Optamos pela segunda por *labor* não ser um termo de uso corrente na língua portuguesa. Além disso, o termo *trabalho* deriva de *tripalio* (instrumento de tortura), o que associa trabalho a condenação e castigo; *obra*, por sua vez, traz a dimensão de construção do mundo comum que está contida no termo original *work*, como em *obra de arte* ou *work of art.*

da ação conjunta entre os seres humanos pela gestão dos comportamentos, o que tem como consequência o aumento da violência[8].

Considerando as proposições de Foucault em torno do biopoder e as de Arendt em torno dos campos de concentração, Giorgio Agamben procurou fazer convergir as perspectivas dos "dois estudiosos que pensaram talvez com mais acuidade o problema político do nosso tempo" (p. 117)[5], para propor uma compreensão do processo de naturalização da vida humana e mostrar que os regimes políticos contemporâneos reduziram a multiplicidade das formas de vida a uma suposta unidade do fato da vida.

A própria constituição da política moderna teria separado o *viver* do *viver bem.* Agamben[11] retoma, como Arendt havia feito, a distinção grega entre *bios* e *zoé* para afirmar que na política ocidental o poder incide sobre a vida, separando o que nela é indissociável – a vida biológica da vida qualificada –, fazendo aparecer a *vida nua*. Assim, a vida que é alvo do poder político que conhecemos tem um sentido preciso, relacionado ao simples fato de viver, dissociado da vida qualificada. O filósofo chama a atenção principalmente para três aspectos que caracterizam a política moderna, tal como ele a compreende, decorrentes da cisão entre o fato da vida e as formas de vida: a vida biológica dos seres humanos, tomada como forma única ou hierarquicamente superior de vida, assume lugar central no âmbito político; o campo de concentração torna-se o paradigma da biopolítica moderna; e, o estado de exceção torna-se a regra nos Estados contemporâneos, mesmo naqueles ditos democráticos. Em síntese: vivemos uma planetarização do estado de exceção, que se materializa em espaços voltados para a vida nua, cujo paradigma é o campo de concentração.

RACISMO, BIOPODER E NECROPODER: DOS SERES QUE VALEM MENOS AOS SERES MATÁVEIS

O desenvolvimento do biopoder é indissociável de um fenômeno que marca de forma indelével a história da colonização: o racismo. Foucault[3] chega a este tema ao se perguntar como seria possível que um poder que se ocupa de fortalecer a vida, prolongar sua duração, ampliar suas possibilidades, desviar seus acidentes e compensar suas deficiências, estabeleça mecanismos para matar indivíduos da própria população que caberia a ele proteger. Para o filósofo francês, a coexistência, nas estruturas políticas contemporâneas, de enormes máquinas de destruição ao lado de instituições voltadas para a proteção da vida individual é uma antinomia desconcertante, porém central em nossa razão política, e deveria por isso ser mais bem investigada.

Na última aula do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault[3] aborda o caráter assassino do Estado Moderno, dizendo que, para introduzir a morte no domínio da vida que o biopoder protege e resguarda, é preciso introduzir um corte entre aqueles que devem viver e os que devem morrer. Segundo o filósofo, o racismo, decorrente da noção de raça, criada com base em concepções científicas da biologia e do evolucionismo do século XVIII e XIX, é a condição para que o Estado moderno possa matar numa sociedade de normalização, ao defasar, no interior da população, uns grupos em relação a outros, hierarquizando-os em seus valores e nos perigos que supostamente representam para o conjunto da sociedade. Nesse contexto, "tirar a vida" não se refere apenas ao assassinato direto, mas inclui a exposição à morte e aos riscos de morrer, a morte política, com a segregação e a expulsão da cidade, e todas as violências e arbitrariedades praticadas nas relações de colonização e nas instituições de confinamento.

Partindo da ideia de Foucault[3] de que "a função assassina do estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo", Sueli Carneiro (p. 13)[12] considera que as sociedades multirraciais, que resultaram dos processos de colonização e de escravização de povos, engendraram o dispositivo da racialidade que, operando em conjunto com o biopoder, instaura uma divisão ontológica entre a raça considerada mais sadia, cuja vida deve ser promovida, e a raça considerada inferior, cuja morte deve ser perpetrada. Assim, combinado ao racismo, o biopoder promove a vida de uns e a morte de outros.[12]

Para Hannah Arendt[8], a construção da ideia de raça e a experiência do racismo desenvolvidos na expansão imperialista empreendida pelos europeus, serviu para justificar a contradição entre os direitos dos cidadãos dos países europeus e a situação dos povos colonizados e escravizados. Enquanto os habitantes da Europa criavam em seu solo a ideia de direitos humanos, simultaneamente experimentavam em terras estrangeiras o convívio, lado a lado, com seres humanos que não tinham direito algum, e que poderiam ser explorados, escravizados, massacrados e descartados.

Achille Mbembe[13] avança nessas análises, afirmando que a máquina de morte produzida pelo racismo e indissociável do biopoder, constitui uma outra forma de poder. Em lugares do mundo em que não se trata de fazer viver e deixar morrer[3] mas de efetivamente fazer morrer, uma outra dinâmica aparece nas malhas tecidas entre disciplina e biopolítica: o necropoder. Com um pensamento localizado em regiões do mundo nas quais os processos de colonização revelaram um assustador potencial de violência, o filósofo

camaronês baseia-se no conceito de biopoder em sua relação com o estado de exceção, para descrever e pensar as formas como a política que regula a vida se constituiu de modo indissociável de uma política de morte. Ao problematizar as condições práticas sob as quais se exerce o poder de deixar viver, expor à morte, ou matar, Mbembe afirma que a noção de biopoder é insuficiente para abordar "as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto" (p. 6)[13].

Mbembe aborda o tema do racismo, em diálogo com Arendt e Foucault, para afirmar que a racialização dos seres humanos, ao sustentar formas de extermínio e de dominação absoluta, insere a biologia na política por uma "extrapolação biológica do tema do inimigo político", sendo o terror da escravização "uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica" (p. 27)[13]. Assim, técnicas de controle e disciplina são acompanhadas ou vão sendo substituídas por tecnologias de destruição extremas.

> Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com a inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo 'massacre' (p. 59)[13].

Consideradas as importantes diferenças entre os autores aqui trabalhados, há uma linha que conecta suas obras. Arendt pensou forçada pelo acontecimento totalitário encarnado no nazismo e no stalinismo e escreveu, não uma história do totalitarismo, mas uma análise dos elementos existentes no mundo ocidental que nele se cristalizaram. Nesse esforço para pensar seu presente, encontrou uma forma de governo com ambição de dominação total, baseado na ideia de purificação de raças e de extinção de segmentos inteiros da população. E alertou: "as soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários" (p. 611)[8].

Se as análises da filósofa exploram as condições de possibilidade dessa forma de governo e seus possíveis desdobramentos na vida que viria depois dos campos, para Foucault, escrevendo e pensando a partir das décadas de 1960, o que está em jogo é a necessidade de precisar o surgimento e o funcionamento de uma forma de poder que aparece em sua força e contundência, "na linha de desmoronamento do nazismo e na linha de recuo do stalinismo" [3].

Agamben[11], Carneiro[12] e Mbembe[13], pensando com os esses autores, evidenciam a ligação entre os processos de colonização, o modo de vida que nos é contemporâneo, e o compromisso escuso entre capitalismo, totalitarismo e colonialismo, ao sustentarem que o totalitarismo, o estado de exceção, o racismo e as políticas de morte não desapareceram com o desmoronamento dos Estados totalitários e seguem presente nas sociedades ditas democráticas.

Para Agamben[11], o investimento político na vida nua teria permitido a primazia da economia sobre a política, o aparecimento de uma quantidade quase infinita de normas e de controles jurídicos, o fortalecimento da comunicação e da propaganda na manipulação das formas de vida e a instauração de uma guerra civil legal. Mbembe enfatiza as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte e criam "formas únicas e novas de existências social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de 'mortos-vivos'" (p. 71)[13]. Carneiro[12] demonstra e descreve o funcionamento do dispositivo da racialidade, analisando as relações raciais engendrados no Brasil por esse dispositivo e a articulação entre poderes, saberes e modos de subjetivação que ele produz.

Os autores explicitam e problematizam, assim, o paradoxo de um poder que, se exercendo sobre a vida, é capaz de extingui-la.

DISCIPLINA, REGULAÇÃO E MORTE NOS ESPAÇOS DE SEGREGAÇÃO: AS INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES E OS CAMPOS DE EXTERMÍNIO

Ao racismo, que estabelece uma linha separando quem deve viver de quem deve morrer, vêm somar-se mecanismos do biopoder voltados para as formas de vida que devem ser consertadas. Elas são submetidas a processos de normalização, que recobrem um espectro amplo de desvios que não são assimiláveis ao sistema normativo disciplinar e que devem ser corrigidos. "Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida." (p. 135)[4].

Assim, ao lado do racismo, o capacitismo desenha os limites entre as formas de vida a serem preservadas, aprimoradas e fortalecidas e aquelas a serem corrigidas, excluídas, abandonadas ou exterminadas. Nesse processo, são estabelecidas práticas e políticas em relação ao desvio, que vão do abandono, rejeição e expulsão do espaço público ao controle dos indivíduos através de uma forma de inclusão constituída pela análise pormenorizada do território e pelo exercício de um poder contínuo. Isto implica um espraiamento do biopoder pelo corpo social em nome da higiene pública, dando lugar a um conjunto de tecnologias para analisar, controlar e intervir no corpo humano e nos fenômenos

populacionais, visando maximizar e normalizar a vida que se quer proteger, ao lado de políticas de proteção social para os desfavorecidos, associadas a práticas segregadoras e de abandono[2,7].

O asilo e a prisão como espaços de isolamento e exclusão estão ligados à concretização do poder disciplinar, atuando na repartição dos indivíduos, sua classificação, fixação e distribuição espacial. Processos de vigilância e controle dos corpos desviantes, formam em torno a eles aparatos de observação, decodificação de comportamentos e correção de desvios que outras instituições disciplinares não foram capazes de limitar, moldar, ou mesmo impedir que surgissem. Nesse sentido, o asilo e a prisão são maquinarias que levam a sua máxima potência os processos encontrados em outros dispositivos disciplinares. Muito mais que a escola, a oficina ou o exército, elas são 'onidisciplinar' e sem lacuna, seu modo de atuação é a coação total, e sua ação "não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa" (p. 222)[14].

Durante o século XX, formações espaciais extremas emergiram no contexto de um poder que se exerce sobre a vida, em articulação com o necropoder, quando se chegou ao paroxismo dos campos de concentração, dos campos de refugiados e dos campos de extermínio, onde já não se trata de corrigir, reparar, controlar, mas de um outro espectro de práticas bem mais sombrio, que vai do abandonar ao deixar morrer e às práticas efetivas de aniquilamento e massacre.

Com o fim da II Guerra Mundial, os europeus voltaram sua atenção para as similaridades entre os campos de concentração nazistas, as instituições psiquiátricas e as prisões. Os movimentos europeus de problematização das instituições das décadas de 1960 e 1970, que com diferentes matizes e roupagens, se constituíram em torno das escolas, hospitais psiquiátricos e prisões, foram respostas gestadas diante do intolerável produzido pelas imagens dos campos de concentração.

No Brasil, a proximidade entre as instituições de confinamento e os campos é ainda maior. A herança do tratamento moral e as técnicas da psiquiatria – trazidas ao país na construção dos primeiros Hospitais Psiquiátricos, no final do século XIX e início do século XX – foram atravessados pelo dispositivo da racialidade 13 e articularam-se no país ao racismo e à experiência da colonização, marcada pela violência física, simbólica, psicológica e cultural, pela usurpação da terra dos povos originários, pelo genocídio desses povos, e pelo tráfico de povos africanos e sua escravização em terras brasileiras.

Assim, dizer, aqui, que hospitais psiquiátricos, prisões, hospitais de custódia e estabelecimentos socioeducativos voltados para adolescentes em conflito com a lei são instituições disciplinares não é suficiente para que se compreenda o significado e a violência perpetrada por essas instituições, nem para que se possa combatê-las. Nas instituições disciplinares, o que está em jogo são relações de um tipo de poder que investe sobre o corpo individual e busca produzir um sujeito caracterizado por um modo de se comportar, de pensar e de se relacionar com os outros. As relações de poder constituem o *a priori* das instituições disciplinares, condicionando seu funcionamento. É por isso que Foucault[2] entende que a luta contra a instituição psiquiátrica, que está no cerne dos movimentos antipsiquiátricos, é sobretudo um combate à instituição como forma de distribuição e mecanismo das relações de poder que a caracterizam. As diferentes formas de combate a essas instituições – a antipsiquiatria inglesa, a psiquiatria de setor francesa e a psiquiatria democrática italiana – poderiam, segundo o filósofo, ser problematizadas de acordo com as estratégias em relação a estes jogos de poder institucionais. Isto porque, para o filósofo, se há relações de poder é porque há algum grau de liberdade entre os sujeitos envolvidos, já que um poder só pode se exercer sobre um outro poder em relações nas quais há necessariamente possibilidade de resistência. Foucault chama nossa atenção, também, para o fato de que existem estados efetivos de dominação, quando a margem de liberdade é extremamente limitada por relações de poder que estão muito fixadas e perpetuamente dessimétricas. Mas, ainda assim, diz o autor, "nesses casos de dominação o problema é de fato saber onde vai se formar a resistência" (p. 278)[15].

A história da escravização, as violências coloniais, a existência dos campos de concentração e dos hospitais psiquiátricos e presídios brasileiros indica que estamos diante do exercício da violência sem mediação. Elas aparecem como experiências limites na "grande reviravolta do histórico para o biológico": da produção e modelagem dos corpos passa-se para o descarte e o extermínio de vidas supérfluas ou matáveis.[(ii)] Em *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt[8] afirma que os campos de extermínio da Segunda Guerra Mundial foram precedidos pelos campos como espaço para os elementos indesejáveis em países submetidos aos processos de colonização, como África do Sul e Índia. Na Europa, os primeiros campos foram construídos como locais para controlar os refugiados. A partir daí, é possível traçar uma linha de continuidade que vai dos campos de internamento aos campos de concentração e aos campos de extermínio.

(ii) Giorgio Agamben aponta que a pesquisa de Foucault "que se iniciou com a reconstrução do *grand enfermement* nos hospitais e nas prisões não se conclui com uma análise do campo de concentração" (p. 116)[5].

Os campos de concentração são experiências radicais de privação de direitos e destruição do estatuto jurídico[11], onde as pessoas são tratadas como se já não existissem. Mesmo que se mantenham vivos, os que ali são encerrados estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido. O processo de morrer torna-se, então, permanente, porque o isolamento compele ao esquecimento, tendo como resultado a produção de cadáveres vivos. Depois da morte política e social, a única coisa que impede alguém de ser um morto-vivo é sua singularidade e, por isso, a destruição da singularidade é o intento final dos campos. Torna-se possível, então, o extermínio em massa nas câmaras de gás, onde "mata-se um ser humano tão impessoalmente como se mata um mosquito" (p. 588)[8].

Essa mesma estratégia de extermínio, quando realizada em asilos e casas de correção, faz com que, sob a máscara da 'custódia protetora', se produza a destruição social, jurídica, política e psíquica dos internos, que culmina na morte. Nunca é demais lembrar que, na Alemanha Nazista, a primeira câmara de gás, construída em 1939, teve uma origem médica, associada ao programa de eutanásia, para executar o decreto de Hitler que dizia que "pessoas incuráveis devem receber uma morte misericordiosa". Os primeiros a serem mortos foram os doentes mentais. (p. 124)[16].

Vemos aqui a diferença entre esses espaços e as instituições disciplinares tal como formuladas por Foucault. As disciplinas constituem o subsolo das liberdades formais e jurídicas, garantindo a submissão das forças e dos corpos, e se estabelecendo numa relação com o estado de direito. Para Foucault[14], a forma jurídica que garante um sistema de direitos, em princípio igualitário, é sustentada por mecanismos cotidianos e sutis, e por micropoderes inigualitários que constituem as disciplinas. Diante dos campos, por outro lado, estamos lidando com estados de exceção, em que qualquer direito é excluído. As disciplinas funcionam como técnicas que fabricam indivíduos úteis, ao desenvolver e coordenar habilidades, modelar comportamentos e buscar fazer com que os corpos se encaixem na maquinaria da economia capitalista; os campos, por sua vez, são construídos para aqueles que já não têm utilidade alguma para esta economia; eles fabricam cadáveres[8].

Foucault nos diz que as 'Luzes' que descobriram as liberdades individuais inventaram também as disciplinas. E se essas, das primeiras práticas em instituições fechadas, desenvolveram-se em direção à vigilância e ao controle de todo o corpo social, poderíamos pensar que os campos são um produto monstruoso das instituições disciplinares, expressões, não mais do biopoder, mas do necropoder.

Em pesquisa sobre as populações em trânsito sobre a terra, Eugenia Vilela se debruça sobre diferentes repartições e qualificações de lugares destinados ao desvio: os espaços de fechamento, de exclusão, de abandono e de extermínio. "Envolvendo-se com os limites da morte e da vida, o poder define espaços de integração e de abandono" (p. 61)[7]. Nestes espaços, grupos têm sido tratados, disciplinados e controlados, outros têm sido excluídos e alguns se busca exterminar.

Passando pelas pessoas com deficiências, pessoas em situação de rua, pessoas em sofrimento psíquico, jovens em conflito com a lei, pelas mulheres, pela juventude negra das periferias das grandes cidades e pelos povos indígenas, vemos se construir uma linha de terror que atravessa as vidas que valem menos e que se constituem em ameaça à maquinaria capitalista. É preciso controlar o corpo da mulher para controlar os fenômenos de natalidade; é preciso domesticar a loucura ou reabilitar o corpo deficiente para inserir nas vidas a racionalidade do trabalho. E esses processos de disciplina e regulação não são alheios ou independentes de outros que desencadeiam genocídios, como os da juventude negra ou dos povos indígenas. No Brasil, os hospitais psiquiátricos, assim como as prisões, foram, desde o início, lugares de depósito e extermínio, voltados para a população pobre, preta e parda que não tinha lugar na ordem social, marcada pela ocidentalização e pelo branqueamento que se buscava estabelecer.

Para Agamben, não é só nos países de terceiro mundo que encontramos esta situação. "O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses" nas periferias das grandes cidades, nas instituições para menores infratores ou para velhos, nas prisões, nos campos de refugiados, na base de Guantánamo, nos territórios sob ocupação militar. (p. 171)[5]. O surgimento do campo marca, assim, de modo decisivo o espaço político da atualidade, fazendo com que o corpo político moderno seja formado por corpos matáveis.

TERAPIA OCUPACIONAL ENTRE O PODER SOBRE A VIDA E A POTÊNCIA DA VIDA

A atenção conferida à vida – e sua relação com a doença e a morte – implica a emergência de saberes, práticas e instituições do campo da saúde que se ocupam dos fenômenos vitais relativos aos corpos individuais e às populações e nas quais disciplina e regulação se articulam e se fortalecem mutuamente. Novas técnicas para maximizar a vida intensificam a atenção ao corpo e à saúde e suas condições de funcionamento.

O corte estabelecido pela racialização e normalização dos corpos - com o racismo e a atribuição de "anormalidades"

- estabelece a quem será destinado o cuidado, a longevidade e a descendência, e a quem serão destinadas as práticas assistencialistas e as práticas de abandono e segregação. "Fazer viver e deixar morrer" diria Foucault[3], somadas efetivamente a práticas de extermínio, diria Mbembe[13]. Enquanto alguns corpos são controlados e maximizados, outros são inscritos em aparatos disciplinares e outros, na ordem da economia máxima, são submetidos ao 'massacre'[13].

A constituição da terapia ocupacional se dá neste contexto, quando o capitalismo precisa de corpos humanos modelados para a produção. Surgida em um momento histórico em que os mecanismos de regulação da vida e da saúde tornam-se objeto de profissionalização, a terapia ocupacional é uma das profissionalizações de tecnologias especializadas para intervir nos copos e o que eles fazem buscando ampliar sua força produtiva, adequar seu comportamento, controlar seu movimento, através de técnicas de normalização.

Estudos da história da terapia ocupacional apontam que seu o surgimento está relacionado a políticas sociais e de saúde voltadas para aqueles que caíram para "fora do campo das capacidades" (p. 291)[3], na ocupação de internos em instituições psiquiátricas e na capacitação de pessoas com deficiência para sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho e nos processos produtivos de uma forma geral[17, 18, 19]. Seja no asilo para doentes mentais, seja na reabilitação dos feridos de guerra, trata-se de intervir nos corpos para fins de normalização e produção.

No entanto, o encontro que se deu nas franjas do sistema capitalista, entre terapeutas ocupacionais e pessoas que caíram para fora do campo das capacidades, produziu desterritorialização das práticas e linhas de fuga para terapeutas e as pessoas acompanhadas.

Sandra Galheigo[20] nos fala de uma geração de terapeutas ocupacionais marcada pela experiência da ditadura e que, tendo participado dos movimentos de reconstrução da democracia, deu-se conta - na década de 1980, no Brasil, na América Latina - de que o poder que é concedido aos profissionais pelas instituições deve ser cuidadosamente analisado para que não se reproduza na prática profissional esses mesmos mecanismos de poder. Assim, foram desenvolvidas práticas de aproximação com as pessoas atendidas, não para ajudá-las, como preconizava-se até então, mas para aprender com elas. A autora sustenta que estar envolvida nos cuidados de saúde, na educação e na assistência social implica uma responsabilidade ético-política e exige uma reflexão crítica contínua, baseada em valores e princípios relativos ao respeito pela vida humana e em novas abordagens epistemológicas que consideram o saber das pessoas.[20]

Trabalhando inicialmente em hospitais, asilos e casas de custódia, terapeutas ocupacionais adentraram espaços de exclusão, perambularam pelos espaços de abandono, acompanharam seres que não se conformavam ao objetivo de uma máquina cujo único fim é a geração e o acúmulo de poder e aprenderam muito com eles. Em suas práticas de cuidado esses e essas profissionais caminham hoje pelos espaços da cidade, sobem os morros, trabalham com pessoas em situação de rua, imigrantes e refugiados, atuam em propostas comunitárias e territoriais, e em comunidades tradicionais juntos a povos indígenas ou comunidades quilombolas.

E nessas andanças em espaços de exclusão, nas comunidades e nas periferias das grandes cidades se produziram agenciamentos inusitados com "grupos minoritários, ou oprimidos, ou proibidos, ou revoltados, ou sempre na borda das instituições reconhecidas" (p. 30)[21]. Ao insistir em ficar ao lado e cuidar daqueles que deveriam ser adaptados, excluídos ou eliminados, alguns e algumas terapeutas ocupacionais se colocaram em confronto com o mandato social que deveriam cumprir. Esquivando-se de atuar nos processos disciplinares e de regulação da vida que expropriam os sujeitos de suas dores e dos processos de engravidar, nascer, envelhecer e morrer, terapeutas ocupacionais, relacionam-se com as pessoas atendidas a partir de suas ações e seus fazeres, afirmando seu poder de agência e seu lugar de sujeito, simultaneamente, de direitos e de desejo. Nessa jornada, encontram uma ruptura com as instituições estabelecidas e uma aliança com esses seres que "não cabem".

É desta aliança nebulosa, dessa zona indiscernível que emerge um compromisso ético-político desses e dessas profissionais com as pessoas atendidas[22]. O combate se fazendo não pelo outro, mas com o outro, para que a vida possa fluir de outro modo. Uma necessidade vital está em jogo e atravessa os corpos de terapeutas e pessoas acompanhadas: um desejo de ocupar o espaço público, reinventar a vida, as formas de relação, os corpos e seus mundos.

Hoje, muitas das pessoas que apresentam alguma condição de doença, deficiência ou diferença não estão mais internadas em instituições totais, mas continuam tendo seus espaços de circulação e pertencimento restritos aos serviços de saúde, reabilitação ou assistência social, ou estão submetidas a novas formas de invalidação e de mortificação. E se a atenção em terapia ocupacional não se volta mais somente para pessoas cujas vidas estão marcadas por processos de exclusão, o vínculo com elas deixou um traço distintivo neste campo de práticas e saberes que acompanhou a ampliação das áreas de intervenção e pesquisa.

Assim, a questão dos processos de exclusão e inclusão passou a fazer parte das preocupações de

terapeutas ocupacionais e o combate à segregação e a crítica às instituições totais se inscreveram como elementos constitutivos da profissão no Brasil, mesmo que convivam sempre com hábitos e práticas profissionais de disciplinarização e controle, enraizados no imaginário técnico-político e no cotidiano das práticas de saúde.

Constituindo projetos no mundo comum, compartilhando saberes e afirmando o "direito de ter direito"[8], terapeutas ocupacionais assumem a dimensão política de sua ação na disputa pelo espaço público e intensificam seu compromisso com os movimentos sociais. Nessa caminhada, aprendem, entre outras coisas, o que a "tradição dos oprimidos nos ensina: que o 'estado de exceção' no qual vivemos é a regra" (p. 16)[23].

Desta forma, o campo problemático dessas práticas permanece sendo definido pelo biopoder, em sua indissociável relação com o necropoder, como regimes de poder hegemônicos, que opera no espaço da cidade, nas zonas de abandono, nas regiões de pobreza extrema, com precariedade de infraestrutura e dificuldade de acesso aos bens e serviços que deveriam ser públicos. Mantém-se, portanto, para estas e estes profissionais, a necessidade de enfrentar a problemática dos processos que restringem a participação sociocultural e política desses grupos, gerando situações de sofrimento e exclusão, com significativos efeitos nos processos de subjetivação.

No entanto, diferentemente dos estados de dominação que predominam nas instituições de confinamento, no espaço aberto da cidade se está de volta aos jogos de força marcados pelas relações de poder. Restitui-se, assim, a todos os envolvidos, a possibilidade de oposição, recusa, dissenso e deserção; a possibilidade de ocupar posições e modos de ação divergentes ou dissidentes, de resistir e contra-atacar[2]. Neste contexto, as práticas de terapia ocupacional ganham novos contornos e colorações e pedem a invenção de novas estratégias para o enfrentamento de situações cada vez mais complexas, através de propostas transversais e do trabalho interdisciplinar e intersetorial que avança para os espaços onde a vida comum se desenvolve[24].

Vinculando sua prática a movimentos de resistência, alguns e algumas terapeutas ocupacionais escolhem partir daquele ponto em que "as pessoas sofrem, onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação" afirmando, com sua intervenção, que "tudo isso é a vida e não a morte." (p. 54)[25]. Porque, nesse ponto onde as pessoas sofrem, evidencia-se a complexidade dos processos de subjetivação em jogo no contemporâneo, e é a partir dele que podemos encontrar uma força subjetiva coletiva capaz de desviar, resistir e inventar novas formas de vida por entre as malhas do biopoder. Porque ao lado do poder há sempre a potência.

Coloca-se, portanto, para esses e essas profissionais a tarefa de problematizar seu papel profissional, os lugares onde trabalha e as relações de poder em jogo. Terapeutas ocupacionais e pessoas acompanhadas, são produzidas nas malhas do biopoder, e suas práticas são ocupadas por automatismos e formas de ação que identificam, classificam e estabelecem funcionamentos. O sofrimento e seu acompanhamento podem produzir experiências de vulnerabilidade e dependência, e todas essas experiências podem se tornar recursos para escapar aos automatismos e inventar outras formas de ser, se não se decide resolvê-las muito rapidamente. Diante dos processos hegemônicos de produção de subjetividade, que excluem ou enfraquecem qualquer movimento de diferenciação, o adoecimento e outras formas de fragilização podem operar como uma paradoxal oportunidade, a busca inevitável de uma saída[27]. É neste ponto que a resistência pode ser tecida numa aliança com a vulnerabilidade, entendida, como nos propõe Butler[28], como um tipo de relação que se desenrola numa região em que atividade e passividade, receptividade e responsividade não são claramente discerníveis, de forma a afirmar a dependência de uns e de outros, do ambiente, das relações, das redes de suporte.

As intervenções em terapia ocupacional possuem, portanto, uma dimensão macropolítica e uma dimensão micropolítica. Atuando na dimensão macropolítica, produz-se uma associação com as lutas sociais pela garantia dos direitos, por maior justiça social e ocupacional. A atuação ao lado dos seres que não cabem tem, no entanto, também uma dimensão micropolítica, na medida em que as ações desenvolvidas com essas pessoas visam aumentar a potência de agir de todos os envolvidos.

TERAPIA OCUPACIONAL, FORMAS DE VIDA E RESISTÊNCIA

No caminho percorrido neste texto, uma marca da terapia ocupacional chama atenção e parece ter a potência de provocar um desvio importante no interior do campo da saúde: a proposta de que problemas de saúde – adoecimentos e sofrimentos de todo tipo – possam ser enfrentados através da experimentação de formas de fazer e agir. Ao colocar as diferentes atividades que compõem a vida ativa no cerne de sua prática, a terapia ocupacional realiza um gesto contra-hegemônico que afirma de forma contundente que a vida do corpo não pode ser dissociada dos fazeres e agires, de valores sociais, das relações que põe em jogo, isto é, não há corpo humano que exista sem mundo, sem linguagem,

sem relações; e, por outro lado, não há vida humana que não seja feita de sangue, músculos e vísceras.

Tendo como paisagem de sua atuação a vida ativa – que se desenrola no mundo comum e na esfera da relação entre as gentes –, a terapia ocupacional traz para o campo da saúde, em sua articulação inequívoca com o biopoder, a inseparabilidade entre a dimensão da vida biológica e as condições de mundanidade e da pluralidade que caracteriza o existir humano, possibilitando a reconexão daquilo que foi separado: *bios* e *zoé*, o fato da vida e as formas de vida[5,9].

As atividades e ações humanas criam os seres humanos e seus modos de vida, a relação entre eles e um mundo comum[9]. Tendo a vida ativa no coração de sua atuação, a terapia ocupacional comporta um caráter eminentemente político, e pode se constituir como uma força no campo da saúde, que o tensiona em direção à forma de vida, isto é, uma vida que não pode ser separada de sua forma e na qual não se pode isolar alguma coisa como uma vida nua (p. 13)[23]. Trata-se da possibilidade de diminuir a alienação em relação ao mundo comum, ampliar os espaços de ação, fortalecendo a teia das relações humanas e investir na afirmação de uma vida qualificada, que se inventa e se singulariza.

A saúde que emerge das práticas em terapia ocupacional está relacionada com a possibilidade de agir, de exercitar a criatividade e de ter experiências culturais. Ela não pode ser pensada sem se levar em consideração as trocas sociais, o acesso, a circulação e a produção do mundo comum, para a qual todos podem contribuir e do qual todos deveriam ter o direito de participar. Uma saúde que está relacionada à ampliação da capacidade de realizar conexões, de afetar e ser afetado, ampliar a potência de agir, adquirir maior plasticidade, abrir o campo de possibilidades. Uma saúde que não diz respeito somente à manutenção da vida biológica, mas tem íntima relação com a qualidade de vida e com a discussão ética dos modos de vida.

Em variadas formas de se fazer terapia ocupacional emerge uma tentativa de forçar o aparecimento da vida qualificada no que é tomado como vida nua. Essas práticas evidenciam que um corpo numa cama de hospital pode parecer uma vida nua; mas isso é uma realidade criada a partir de dispositivos e mecanismos bem precisos que isolam e objetificam um corpo. O corpo ainda pulsa e neste pulsar há um ritmo, um embrião de si que se arrisca, uma música prestes a nascer. Numa cama de hospital está uma vida que pode parecer nua somente para quem não quer ver suas roupagens. Como diz Peter Pelbart, uma vida "é sempre composição de relações, amizades, força produtora de formas de vida. (...). A vida singularizada é sempre uma vida que em algum momento escapa ao poder e se faz vida qualificada" (p. 66)[1].

Constituída para funcionar na modelagem dos corpos e estabelecer e fixar lugares para aqueles que estão fora ou caindo para fora do âmbito da capacidade e do trabalho produtivo e, de forma mais ampla, estão fora dos espaços de participação e troca social, a terapia ocupacional tem sido também um espaço no qual são experimentadas práticas de reinvenção de possibilidades subjetivas, sociais, culturais e materiais de estar no mundo. Dessa forma, se a profissão é sem dúvida uma estratégia do biopoder, linhas de resistência a este mesmo biopoder têm sido traçadas e experimentadas em práticas de enfrentamento da exclusão que combatem também o necropoder.

A terapia ocupacional pode, assim, nos ajudar a nos libertar da ideia de que a vida é um mero fato para que seja possível vislumbrar em cada situação um conjunto de possibilidades e variações de formas de vida. É nesse terreno incerto, nessa zona opaca de indiferenciação entre corpo biológico e corpo político, entre bios e zoé, que podemos encontrar, segundo Agamben, o caminho de uma outra política, de um outro corpo e de uma outra palavra [28].

Nesse caminho, podemos pensar que a terapia ocupacional não é somente uma profissão da área da saúde que, se necessário e em certas circunstâncias, também adquire um significado político. A terapia ocupacional é uma prática clínico-política porque sua paisagem é a vida ativa e o mundo comum, isto é, a esfera política da vida humana que se desenvolve no espaço público, no qual são introduzidas pessoas que não eram aí previstas; com elas se operam desautomatizações da percepção e da ação, ampliam-se sensibilidades e exploram-se possibilidades do corpo ainda insuspeitas. Pelo poder da ação, a terapia ocupacional toca essas regiões onde cada um pode encontrar a paz e a alegria nascidas da possibilidade de contemplar sua própria potência de agir[29].

REFERÊNCIAS

1. Pelbart PP. Vida Capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras; 2003.
2. Foucault M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal; 1982.

3. Foucault M. Em defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes; 1999.

4. Foucault M. História da sexualidade. Vol. 1, A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal; 1980.

5. Agamben G. Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG; 2010.

6. Ortega F. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. Interface (Botucatu). 2004;8(14):9–20. doi: 10.1590/S1414-32832004000100002

7. Vilela E. Silêncios tangíveis: corpo, resistência e testemunho nos espaços contemporâneos do abandono. Porto: Afrontamento; 2010.

8. Arendt H. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.

9. Arendt H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2003.

10. Arendt H. Trabalho, obra, ação. Cad. Ética Filos. Polít. 2005;2(7):175-201. doi: 10.11606/issn.1517-0128.v2i07p175-202

11. Agamben G. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo; 2004.

12. Carneiro S. Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar; 2003.

13. Mbembe A. Necropolítica. São Paulo: Editora n-1; 2018.

14. Foucault M. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes; 1997.

15. Foucault M. Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2004. (Ditos e escritos; 5).

16. Arendt H. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras; 1999.

17. Soares LB. Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho? São Paulo: Hucitec; 1991.

18. Nascimento BA. Loucura, trabalho e ordem: o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas [dissertação]. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 1991.

19. Medeiros MHR. Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social. São Paulo: Ed. Hucitec; 2003.

20. Galheigo SM. What needs to be done? Occupational therapy responsibilities and challenges regarding human rights. Aust Occup Ther J. 2011;58(2):60-6. doi: 10.1111/j.1440-1630.2011.00922.x

21. Deleuze G, Guattari F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4. São Paulo: Editora 34; 1997.

22. Lima EMFA. Desejando a diferença. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2003;14(2):64-71. doi: 10.11606/issn.2238-6149.v14i2p64-71

23. Agamben G. Meios sem fim: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica; 2015

24. Castro ED, Silva DM. Atos e fatos de cultura: territórios das práticas, interdisciplinaridade e as ações na interface da arte e promoção da saúde. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2007;18(3): 102-112. doi: 10.11606/issn.2238-6149.v18i3p102-112

25. Negri A. Exílio. São Paulo: Iluminuras; 2001.

26. Inforsato EA. Adaptação e simpatia: trajetórias críticas na clínica. Interface (Botucatu). 2011;15(38): 929-36. doi: 10.1590/S1414-32832011000300028

27. Butler J. Rethinking Vulnerability and Resistance. In: Butler J, Gambetti Z, Sabsay L (Eds). Vulnerability in Resistance. Durham; London: Duke University Press; 2016. p.12-27.

28. Agamben G. Uma biopolítica menor. São Paulo: Editora n-1; 2016.

29. Espinosa B. Ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2009.

Recebido em: 12.11.2024
Aceito em: 05.06.2025